

 <https://doi.org/10.56344/2675-4827.v7n3a2025.91>

Comunicação em oncologia: desafios e estratégias para a promoção de autonomia no contexto pediátrico

Letícia Miarelli¹; Isadora Destito Birolim¹; Lorena Miarelli¹; Sabrina Scandolara¹; Janaína de Fátima Vidotti²

INTRODUÇÃO

A comunicação é um processo ativo que envolve interação dialógica entre, no mínimo, duas pessoas. Acontece abrangendo elementos como o emissor, responsável pela transmissão da mensagem, o receptor, que capta a informação, a mensagem em si, que corresponde ao conteúdo transmitido, o canal, ou seja, o meio utilizado para a comunicação e o contexto, referente às circunstâncias envolvidas. Para que seja efetiva, é necessário atentar-se a fatores que influenciam o processo comunicativo, como nível de conhecimento, cultura, idade e enfermidades (Zanon *et al.*, 2020).

No âmbito da saúde, a comunicação está impregnada nas diversas práticas de cuidado, desde consultas de rotina até a transmissão de notícias difíceis, como progressão de doenças e óbito. Ainda que considerada desafiadora pelos profissionais de saúde, a comunicação efetiva é capaz de fortalecer o vínculo entre profissional e paciente, promovendo bem-estar e aumentando a probabilidade de adesão a tratamentos recomendados, especialmente quando valoriza a autonomia do paciente e sua participação ativa nas decisões sobre seu processo (Maciel, 2024; Marinus *et al.*, 2014; Pimentel; Sousa; Mendonça, 2022).

A comunicação no contexto oncológico requer atenção especial. Além do conteúdo, a forma de comunicar é decisiva, pois influencia diretamente o modo como

¹Acadêmicos do curso de Medicina do Centro Universitário Barão de Mauá. Contato: leticiamiarelli@gmail.com

²Docente do Centro Universitário Barão de Mauá. Contato: janaina.vidotti@baraodemaua.br

o paciente compreende e enfrenta a doença. O debate não se restringe à revelação ou não do diagnóstico, mas à maneira como essa informação é transmitida, evitando interpretações equivocadas e promovendo um enfrentamento mais realista. Estudos indicam que a maioria dos pacientes deseja ser informada sobre a evolução da doença, mesmo diante de prognósticos desfavoráveis, embora muitos não se sintam preparados para participar das decisões, confiando à equipe de saúde (Bezerra; Polejack, 2016).

Tratando-se do campo pediátrico, a participação da criança comumente é limitada, o que impacta a qualidade da interação entre a tríade médico-pais-criança. É comum que, mesmo que a criança esteja presente nas conversas, suas contribuições para o processo de cuidado raramente sejam consideradas (Tates, 2001). Assim, torna-se fundamental que o assunto seja estudado para que haja aprofundamento nas discussões sobre a temática, objetivando a melhoria da relação médico-paciente e a valorização da autonomia da criança em seu processo de adoecimento.

OBJETIVO

O objetivo do presente estudo foi conhecer as principais estratégias e desafios comunicacionais relacionados à promoção da autonomia da criança no contexto da oncologia pediátrica.

MÉTODOS/DESENVOLVIMENTO

O presente estudo trata-se de uma revisão narrativa da literatura, que são caracterizadas por sua flexibilidade e caráter subjetivo, pois cabe ao autor a escolha dos artigos e organização dos conteúdos encontrados. Entre suas limitações estão a possibilidade de viés na seleção dos estudos e a ausência de análise quantitativa (Rother, 2007).

A pergunta de pesquisa estabelecida para o presente estudo foi: quais as principais estratégias e desafios comunicacionais na promoção da autonomia da criança no contexto da oncologia pediátrica? Para responder à questão, foi conduzida uma busca bibliográfica em maio de 2025, em duas bases de dados, Scientific

Electronic Library Online (SciELO) e Google Acadêmico. Os descritores utilizados foram “comunicação”, “oncologia”, “pediatria”, “autonomia pessoal” e “criança”. Foram selecionados estudos publicados nos últimos 24 anos (2001 a 2025). Ao todo foram analisados 11 artigos.

RESULTADOS/DISCUSSÃO

O diagnóstico da neoplasia está associado a mudanças drásticas na rotina das crianças enfermas, resultantes dos efeitos colaterais dos tratamentos, das visitas frequentes ao hospital e dos impactos psicológicos e sociais. Por se tratar de indivíduos na primeira etapa do ciclo vital, é comum haver comoção intensa diante de um adoecimento grave e ameaçador à vida, uma vez que ocorre a quebra da expectativa de uma infância plena. Com o adoecimento, eventos socialmente inesperados passam a fazer parte da vida da criança e de seus responsáveis, que terão de abdicar da infância normativa (Kohlsdorf; Fleury Seidl, 2017).

Diferentemente de adultos capazes, a criança não possui competência legal para fornecer seu consentimento de forma autônoma. Como consequência, os médicos comumente recorrem aos pais e excluem as crianças dos processos comunicacionais (Hostiuc, 2012). Apesar de desafiadora, compreende-se que a forma como o profissional se relaciona com a criança enferma influencia diretamente os resultados da consulta, especialmente quanto à compreensão e à adesão às propostas terapêuticas (Tates, 2001). Entretanto, essa interação ainda representa um desafio para médicos e familiares, que, muitas vezes, optam por omitir temas sensíveis, o que pode comprometer o exercício da autonomia (Soeiro; Vasconcelos; Silva, 2022).

Embora a participação direta da criança nas consultas médicas seja pouco frequente, quando ocorre, mostra-se bastante benéfica, especialmente quando ela é capaz de exercer níveis proporcionais de autonomia (Albuquerque; Garrafa, 2016). Incluir a criança no processo comunicacional não implica, necessariamente, divulgar todas as informações de maneira irrestrita, mas em considerar os desejos, necessidades e condições de compreensão do paciente (Bezerra; Polejack, 2016). Compreende-se que a comunicação em oncologia pediátrica é mais efetiva quando o

profissional, em conjunto com a família, concorda em incluir a criança nas discussões sobre seu estado clínico, contribuindo para o desenvolvimento da independência infantil (Zanon *et al.*, 2020; Albuquerque; Garrafa, 2016).

Com uma abordagem centrada na criança, é provável que ela se engaje mais no processo terapêutico, o que fortalece o protagonismo e a apropriação sobre seu estado de saúde. Cabe ao profissional de saúde comunicar-se diretamente com o paciente pediátrico, utilizando linguagem acessível e apropriada, de modo a reconhecê-lo como sujeito singular, com vontades próprias e capacidade de contribuir para seu tratamento. Respeitar a autonomia da criança favorece, portanto, a adesão ao tratamento e reforça a qualidade do cuidado prestado (Eler; Breder; Albuquerque, 2023).

CONCLUSÕES

A comunicação efetiva é uma estratégia na promoção de autonomia no contexto da oncologia pediátrica. Quando realizada de forma sensível e adaptada à linguagem infantil, favorece o engajamento da criança no processo terapêutico, contribuindo para bem-estar e adesão ao tratamento. Embora os pais sejam essenciais, é fundamental reconhecer a criança como sujeito ativo do cuidado. Assim, promover a autonomia por meio de uma comunicação ética e centrada na criança constitui um dos principais desafios e potente ferramenta para o enfrentamento do adoecimento oncológico de forma mais efetiva e humanizada.

Palavras-chave: Comunicação. Oncologia. Pediatria. Autonomia pessoal. Criança.

Conflitos de interesse: Os autores não têm conflitos de interesse a declarar.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Raylla; GARRAFA, Volnei. Autonomia e indivíduos sem a capacidade para consentir: o caso dos menores de idade. **Revista Bioética**, Brasília, v. 24, n. 3, p. 452–458, 2016. DOI: 10.1590/1983-80422016243144.
- BEZERRA SOARES, L. S.; POLEJACK, L. Comunicação em saúde: percepção dos usuários em um serviço de oncologia. **Ciência & Saúde**, Brasília, v. 9, n. 1, p. 30–37, 2016. DOI: 10.15448/1983-652X.2016.1.22448.
- ELER, Kalline; BREDER, Maritza; ALBUQUERQUE, Aline. Cuidado centrado na criança e sua interface com os direitos humanos do paciente pediátrico: uma crítica ao modelo de cuidado centrado na família. **Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário**, Brasília, v. 12, n. 2, p. 64–77, abr./jun. 2023. DOI: 10.17566/ciads.v12i2.880.
- TATES, K.; MEEUWESEN, L. Doctor–parent–child communication: a (re)view of the literature. **Social Science & Medicine**, Oxford, v. 52, n. 6, p. 839–851, mar. 2001. DOI: 10.1016/S0277-9536(00)00193-3.
- ZANON, B. P.; CREMONESE, L.; RIBEIRO, A. C.; PADOIN, S. M. M.; PAULA, C. C. Comunicação de más notícias em pediatria: revisão integrativa. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, DF, v. 73, supl. 4, e20190059, 2020. DOI: 10.1590/0034-7167-2019-0059.